



# Anais da Assembléia

N. 12

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1986

ANO XII

4. SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 8.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Leônidas Chaves.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores Deputados: Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Eduardo Baggio, Erondi Silvério, Ferrari Júnior, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Fiori Luiz, Acir Mezzadri, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Ervin Bonkoski, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Odeni Mongruel, Sérgio Spada, Trajano Bastos e Werner Wanderer. (24).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos)  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM N.25/86

Curitiba, 07 de março de 1986  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva

alterar a redação dos arts. 5.º, 9.º e 14, da Lei n.8.216, de 31 de dezembro de 1985 (Lei do Imposto de Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

As alterações ora propostas a essa Augusta Casa de Leis versam basicamente sobre a redução das alíquotas do referido imposto; sobre a forma de seu pagamento por ocasião do primeiro registro e das transferências; sobre a isenção aos táxis de propriedade de profissionais autônomos, aos ônibus empregados em linhas de transporte urbano de pessoas ou linhas suburbanas e aos veículos cujo valor do imposto apurado seja inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor unitário da Obrigação do Tesouro Nacional - O.T.N. visa, ainda reduzir, no exercício de 1986, a base de cálculo do IPVA prevista na Instrução n.993/86/SEFI, de 5 de março de 1986, conforme anexos integrantes do anteprojeto.

É oportuno esclarecer que os índices constantes da Lei n.8.216/85, foram propostos em conformidade com aqueles sugeridos em reunião promovida pelo CONFAZ, na qual os Estados foram representados por seus Secretários da área fazendária. Posteriormente, alguns Estados, divergindo que havia sido combinado, adotaram para o IPVA índices inferiores aos fixados no Estado do Paraná.

Assim sendo, visando a uniformidade do tributo e procurando evitar evasão de sua arrecadação e, principalmente, porque haverá benefícios aos contribuintes é que se propõe a redução do referido imposto, com efeito retroativo a 1.º de janeiro do corrente ano.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art.1.º - Os artigos 5.º, 9.º e 14 da Lei n.8.216, de 31 de dezembro de 1985, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art.5.º - As alíquotas do IPVA são:

I - 3,5% (três e meio por cento) para os carros de passeio, inclusive de esporte e de corrida, bem como caminhonetas de uso misto e veículos utilitários;

II - 1,5% (um e meio por cento) para os veículos mencionados no inciso anterior, detentores de permissão para transporte público de passageiros, jipes, furgões e camionetas tipo "pick-up";

III - 3,0% (três por cento), no exer-

cício de 1986, para os veículos mencionados no inciso I deste artigo, movidos exclusivamente a álcool, observada a redução prevista no artigo 19;

IV - 1,5% (um e meio por cento), a partir de 1.º de janeiro de 1987, para os veículos a que se refere o inciso anterior.

V - 1,0 (um por cento) para os demais veículos, inclusive motocicletas e ciclomotores."

"Art.9.º - O local, a forma e os prazos de pagamento serão fixados em Instrução da Secretaria de Estado das Finanças, podendo o pagamento ser efetuado em até 3 (três) parcelas, exceto nas hipóteses do primeiro registro do veículo no Estado e nas transferências, quando poderá ser exigida quitação total do imposto".

"Art.14 - São isentos do pagamento do IPVA, os veículos:

I - Sobre os quais, em razão do tipo, a legislação específica proíbe o tráfego em vias públicas;

II - de propriedade do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro;

III - nacionais com mais de 15 (quinze) anos de fabricação e estrangeiros com mais de 25 (vinte e cinco),

IV - utilizados no transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (TAXI), de propriedade de profissional autônomo da atividade de taxista;

V - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano e suburbano de pessoas, ou em linhas interurbanas, quando a fixação da tarifa for da competência municipal.

VI - cujo valor do imposto apurado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor da Obrigação do Tesouro Nacional - OTN."

Art. 2.º. Para o exercício de 1986, a base de cálculo do IPVA, prevista na instrução n. 993/86/SEFI, de 05 de março de 1986, fica reduzida aos valores constantes dos Anexos I e II, integrantes desta Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1.º de janeiro de 1986.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de

urgência para o Projeto de Lei n. 282/85, de autoria do Parlamentar subscritor do presente, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 267/85, de sua autoria e que visa declarar de Utilidade Pública a entidade CENTRO ESPÍRITA PAZ AMOR E CARIDADE, de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) PÉRICLES PACHECO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei n. 04/86, que dispõe sobre a complementação do aumento ao Funcionalismo Público Estadual.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n. 297/85, de autoria do Parlamentar subscritor do presente, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE - SANTA ISABEL, com sede em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo passamento do Sr. JOÃO JOSÉ PINTO MAIA, ocorrido no dia 12 do mês em curso na cidade de Ponta Grossa.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o extinto era casado com a Sra. Regina Maia e deixa os seguintes filhos, Orlando, Camilo e Giovana.

O passamento do Sr. João José Pinto Maia, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local onde gozava do mais alto conceito e admiração por parte dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte

endereço Rua XV de Novembro, 320 - .Ed.  
Bamerindus - Ponta Grossa-PR.  
Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.  
(a) ODENI MONGRUEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após a manifestação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Doutor João Carlos Finardi, recém nomeado Diretor-Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná.

Antigo funcionário de carreira do banco, foi alvo de uma justa promoção e que causou grande euforia aos milhares de funcionários, clientes e amigos do Banco do Brasil.

João Carlos Finardi tem uma carreira brilhante e honrada, já tendo prestado uma fôlha de incontáveis serviços à comunidade paranaense e até mesmo fora do nosso Estado, como gerente de tão importante estabelecimento de crédito.

Está de parabéns o Paraná por tão acertada e feliz escolha do novo Diretor-Superintendente do Banco do Brasil.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao ilustre homenageado, na Praça Osório, 400, 18.º andar, em Curitiba, com votos de uma gestão muito abençoada por Deus.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Não é de hoje que o Paraná oferece a sua contribuição para o surgimento de novos valores no campo das artes e da literatura.

O I Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira é uma dessas iniciativas que marcaram a presença paranaense no cenário da cultura nacional. Proposta do colunista Alcy Ramalho Filho, assumida com garra e paranismo pelo jornalista Francisco Cunha Pereira Filho - diretor do jornal "Gazeta do Povo e Canal 12, o evento é uma co-promoção da Academia Paranaense de Letras e Secretaria da Cultura e do Esporte.

Resgatando a tradição e a posição que o Paraná sempre ocupou no certame literário nacional, o concurso irá avaliar autores em diferentes categorias, aceitando inscrições de todo o Brasil.

O BANESTADO, através de seu Departamento de Marketing, dirigido por Ricardo Cravo, contando com a aprovação do seu ex-presidente, José Carlos Campos Hidalgo e encampado pelo atual, Nicolau Elias Abagge, ao aceitar patrocinar o certame de-

monstrou sensibilidade e espírito solidário às boas iniciativas da seara cultural, além da disposição de fazer deste concurso tradição anual no calendário do País.

Por todas estas razões, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de congratulações ao Banco do Estado do Paraná, através de sua Diretoria, pelo apoio que vem emprestando ao I Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela eleição do Professor VITÓRIO FORNACIARI, eleito Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana. Requer, outrossim, se dê conhecimento ao homenageado, da presente proposição.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) JORGE MAIA FILHO

## JUSTIFICATIVA.

A Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, graças à competência de seu corpo docente e à dedicação de suas centenas de alunos, vem se firmando dia a dia como modelar instituição de ensino superior. Prova disso é que, hoje, não são poucos os ex-alunos que vêm se destacando, quer no magistério, quer na atividade empresarial, dentro e mesmo fora do nosso Estado.

Assim, nada mais justo que se registre, com entusiasmo, a eleição do Professor Vitório Fornaciari, para dirigir essa tradicional Faculdade, pois ela nos dá a certeza de que novas vitórias e conquistas virão, de forma a elevar, ainda mais, o conceito do ensino de Economia, ministrado em Apucarana.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja consignado na ata da sessão de hoje, VOTO DE REGOZIJO, pela passagem do cinquentenário do ROTARY CLUB de Ponta Grossa, dando-se ciência da decisão desta Casa, ao seu Presidente Sr. OSCAR DIEDRICH.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

O tradicional ROTARY CLUB de Ponta Grossa chega ao seu cinquentenário cercado da admiração e reconhecimento de toda a nossa cidade.

Nestes cinquenta anos, o club rotário exerceu à plenitude as funções que determinaram sua criação, lastreado no ideal de Paul Harris - o fundador do movimento rotário na distante Chicago do começo deste século: unir homens de bem para a prestação de serviços à sociedade onde vivem. A amizade através da ação social.

Com efeito, na minha convivência com os rotarianos, descobri que eles realizam um mister dos mais nobres: o de servirem de elo de ligação entre o povo, nas suas necessidades mais fundamentais, e a organização pública, suprimindo com sua boa vontade aquela gama de atividade que não encontram cobertura oficial.

Serviço de interesse público e participação comunitária.

Aprendi que os rotarianos não dão dinheiro para causas sociais: os estatutos do seu Clube os estimulam a dar algo mais precioso: o seu tempo de homens ocupados, de cidadãos ativos.

Eles são membros de um clube de serviços, que identificam e ajudam a resolver carências da sociedade, com disposição e boa vontade.

Assim, nos inúmeros programas executados pelo ROTARY, como o de intercâmbio de jovens, de bolsas de estudos da Fundação Rotária, de intercâmbio de grupos de estudos, de obtenção de doações de equipamentos e prédios para serviços de saúde e assistência social.

Ainda agora o Distrito Rotário do Sul do Paraná está recebendo uma delegação de jovens profissionais do Estado americano IDAHO, escolhidos por se identificarem com as questões básicas do Paraná. Eles visitarão as fazendas e empresas agro-industriais do Paraná, entre elas as estabelecidas na região dos Campos Gerais.

Tratando-se de Estado de agricultura altamente desenvolvida, a presença dos visitantes de IDAHO será útil aos paranaenses e aos pontagrossenses, gerando um intercâmbio frutífero.

Este é um exemplo - que recolhi ainda hoje - da ação rotária sobre a comunidade que justifica a existência de homens unidos pelo ideal de servir.

Por isso, ao saudar hoje, o cinquentenário do veterano ROTARY CLUB DE PONTA GROSSA, cumprimento este conjunto de cidadãos prestantes, sobre os quais se assenta, verdadeiramente, o nosso ideal de país em desenvolvimento, irmanado em torno do bem comum.

Curitiba, Quinta, em 13.03.86

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que este subscreve, REQUER que, seja marcada para o dia 03 de abril próximo, a entrega do título de Cidadão Benemérito ao Des. JAMES PORTUGAL MACEDO, referente Projeto de Lei n. 384/84, o qual já se encontra devidamente aprovado.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, pelo presente, REQUERER a Vossa Excelência, que dê ciência a esta Casa, para os devidos fins, que, a partir desta data, passa a se incorporar à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - P.M.D.B.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da destinação de equipamentos de laboratório para a Escola Estadual Ribeiro de Campos - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Goioerê.

A presente solicitação baseia-se na manifestação levantada pelo Ilustríssimo Senhor Valdemir Mello, Diretor daquele conceituado estabelecimento, o mesmo afirma ser imprescindível o conjunto dos estudantes dispor de uma estrutura laboratorial (principalmente de microscópios), a fim de garantir que, efetivamente, as aulas no campo das ciências atinjam os resultados propostos, por muitas vezes, atualmente não alcançados, face à inexistência de quaisquer equipamentos.

Torna-se da maior importância, portanto, que essa Pasta estude um mecanismo pelo qual se assegure o atendimento da presente reivindicação.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido da liberação de recur-

sos financeiros para a construção de um posto de saúde na localidade de Água Torta, pertencente à Municipalidade de Iretama.

De acordo com levantamentos realizados pela Administração Municipal, a localidade de Água Torta, hoje desprovida de assistência médica a nível de primeiro-socorros, precisa contar com um posto de saúde capaz de, efetivamente, eliminar uma série de transtornos naquele setor.

Trata-se de uma justa solicitação, de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, que por certo merecerá, por parte dessa Pasta, o esperado atendimento, beneficiando inúmeras famílias.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Interior, Airton Reis, para a implantação de rede de água no Distrito de Virmond - Laranjeiras do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) EDGAR PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA.

A comunidade de Virmond aguarda com ansiedade o cumprimento da promessa governamental de implantar a rede de água no populoso distrito.

Estudos já foram praticados pela SANE-PAR, sem, contudo, haver o início tão esperado das obras.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, Doutor Roberto Santos, hipotecando o irrestrito apoio desta Casa, às suas propostas de combate ao tabagismo.

A presença do Senhor Nestor Jost - "Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Fumo" - Abifumo - no Ministério (conforme notícia publicada nesta data) para dizer que os empresários do setor "não vêem com bons olhos" as propostas ministeriais que objetivam diminuir o uso do fumo pela população brasileira, foi motivada, tão somente, por interesses econômicos, inclusive de organizações multinacionais. Se o mencionado Presidente tivesse levado em conta os impressionantes dados estatísticos referentes a óbitos prematuros causados pelas terríveis substân-

cias tóxicas contidas no tabaco e as sérias conclusões científicas, além de evitar o exercício de pressão, não se atreveria a fazer a declaração: "não sei se faz mal como dizem." Esta expressão, aliás, é estranhável quando se apresentada por quem já foi Ministro da Agricultura e deve ter sido informado que até o equilíbrio ecológico é afetado pela plantação de fumo.

Outrossim, nesta fase de reorganização nacional é de grande importância a elaboração pelo Ministro da Saúde, de hospitais, repartições públicas, estabelecimentos de ensino e veículos de transporte coletivo. Cabe lembrar que o nosso Estado e no Município de Curitiba contam com leis neste sentido, que têm sido eficientes instrumentos para assegurar ao povo, o legítimo direito de respirar o necessário ar despoluído dos gases presentes na poluída fumaça do fumo.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Instituto de Previdência do Estado, solicitando a instalação de uma agência no Município de Atalaia.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência ao Sr. Prefeito e aos Senhores Vereadores de Atalaia, bem como ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Francisco Albuquerque, solicitando do mesmo gestões junto à Caré do Paraná, visando a instalação de um posto da mesma no Município de Maria Helena.

A medida objetiva atender aos produtores rurais daquela região, facilitando-lhes o acesso aos insumos fornecidos por aquela unidade de fomento agrícola.

Outrossim, solicita que da decisão deste Plenário seja dada ciência aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Maria Helena, bem como ao Presidente do Diretório Municipal do PMDB naquela cidade.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Dr. Iris Resende, solicitando do mesmo providências, tanto do seu Ministério quanto do Conselho Monetário Nacional, no sentido de se incluir a sericultura no Plano de Emergência, com prorrogação dos prazos dos financiamentos bancários, haja visto que houve quebras de 60% na produção.

Tal medida ganha importância fundamental, pois esta atividade é desenvolvida por mini e pequenos produtores, envolvendo hoje no Paraná mais de 5.000 famílias que labutam na sericultura.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986..

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido de aumentar a verba de representação destinada aos diretores das escolas de 1.º e 2.º graus.

O valor atualmente em vigor, recurso que é utilizado em inúmeros pequenos serviços de manutenção das escolas, é absolutamente aquém das necessidades. Portanto, torna-se indispensável a sua adequação à realidade, precisando sofrer sensível majoração.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido este soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Engenheiro Heins Georg Herwig, solicitando-lhe seja verificado meios de pavimentação asfáltica, ainda neste exercício, do trecho natural que liga as cidades de Maria Helena e Douradina, passando-se pelo Distrito de São José, numa distância aproximada de 30 quilômetros.

A medida não só atenderia interesses de ordem econômica, como também beneficiaria o Distrito de Carbonela, (Maria Helena), e melhoraria sensivelmente a distância de acesso à Douradina, que para esta atualmente dista aproximadamente 02 vezes e meia, passando-se por Nova Olímpia.

Solicitamos, outrossim, que após a decisão Plenária, seja enviado expediente à

Câmara Municipal de Vereadores de ambos Municípios, comunicando-lhes o intento

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor José Richa, parabenizando-o, pela inauguração a ser realizada amanhã, do trecho rodoviário de 16 quilômetros da rodovia que liga os Municípios de Nova Aurora à Cafelândia.

Outrossim, queremos estender nossos cumprimentos a todos aqueles que de um modo ou outro, contribuíram pela realização dessa magestosa obra.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Geral do DNOS - Departamento de Obras e Saneamento, através do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Irrigação, encarecendo apoio técnico e financeiro para resolver problemas de inundação na Municipalidade de Janiópolis.

No que diz respeito ao perímetro urbano, na parte periférica do mesmo, encontra-se um problema tão antigo quanto à própria existência da cidade, cuja situação aumenta à medida que ocorre a construção de novas residências na região. O transbordamento do Rio Santo Antônio, nos dias chuvosos, tem inundado diversas residências, ocasionando uma série de prejuízos, por vezes até mesmo pondo em risco a vida de seus moradores.

Reconhecendo a gravidade do problema, esse Departamento, há alguns anos atrás, deslocou maquinários, assim como equipamentos para aquela cidade, a fim de procurar resolver tal situação. No entanto, atualmente verifica-se maquinário parado há mais de um ano, e, conseqüentemente trabalhos por fazer, sem que se tenha qualquer notícia a respeito do reinício dos trabalhos (embora pouco foi feito).

Baseando-se em manifestações de um dos que são constantemente atingidos pelos problemas de inundação, Ilustríssimo Senhor Elias Alves da Silva, diante também dos motivos aqui expostos, é de se esperar, por parte desse organismo e Ministério, a adoção de medidas, num menor espaço de tempo possível, no sentido de resolver

este problemas, que, sem nenhuma dúvida, é um dos mais sérios.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Presidente da ACARPA, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a designação de um engenheiro agrônomo para prestação de assistência técnica na Municipalidade de Juranda.

Há muitos meses o escritório da ACARPA daquela cidade não conta com um profissional. Tal situação, conforme relato de muitos agricultores, tem até mesmo trazido uma série de prejuízos, uma vez não existir qualquer forma de assistência técnica, principalmente voltada para os pequenos e médios produtores.

Neste sentido, de acordo com a manifestação conjunta da Câmara Municipal de Vereadores, do Diretório Municipal do PMDB e da Administração Municipal, aguarda-se, pelas razões expostas, a adoção de medidas, num menor espaço de tempo possível, que efetivamente venham de encontro a esta justa aspiração.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio-Ambiente, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Água Grande, pertencente a Municipalidade de Mamborê.

A presente reivindicação é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Armando Alves de Souza. Antigo morador em Mamborê, e sobretudo profundo conhecedor das inúmeras realidades daquele município, ele afirma ser de vital importância a perfuração de um poço artesiano em Água Grande. São poucos os moradores que contam com água de boa qualidade, sendo que diversos nem sequer possuem qualquer ligação.

Peios motivos ora expostos, aguarda-se que providências sejam tomadas, visando garantir melhor condição de vida em Água Grande.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) RUBENS BUENO

Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N. 32/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criado o Município de Palmeirinha desmembrado do Município de Guarapuava, com as seguintes divisas: "Começa na Foz do Rio Caçador, subindo o Rio Piquiri, divisa com o Município de TURVO, até a encruzilhada com a rodovia municipal GA-424, seguindo por esta até a encruzilhada com a rodovia municipal GA-101, por esta até a ponte sobre o Rio Faxinal, descendo por esta até a sua foz com o Rio Coutinho, descendo por esta até a rodovia federal BR-277, seguindo por esta até o Rio Campo Real, por esta acima até a linha seca do rumo SUL-ESTE e por esta até a encruzilhada com a rodovia municipal GA-150, seguindo por esta até o Arroio Purungos, descendo por esta até a divisa com o Município de Santa Galo, seguindo por esta até a divisa com o Município de Pitanga e seguindo por esta até a Foz do Rio Caçador".

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de março de 1986.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei é a concretização das aspirações de um povo que, há muito, luta denodadamente, no sentido da emancipação política do Distrito de PALMEIRINHA.

A assunção desta postura política, por parte daquela insigne comunidade, é a resposta da estirpe de um povo que se destaca, por sua capacidade altamente agrícola, se destacando inclusive, como precursores na exportação da Erva-Mate e o sucesso na cultura de produtos básicos, entre eles se destacando o reijão, o arroz e a batata inglesa além de outros como a mandioca, o milho, a soja etc., criando com isto grande desenvolvimento e progresso para a região sudoeste de nosso Estado e transformando-se em colaboradores expressivos no aumento das divisas de nosso País.

Ao apresentarmos este projeto de lei, consideramos a Lei Complementar n. 27 de 8 de janeiro de 1986, em seu cap. II e artigo 5.º e 6.º, contido na Lei Orgânica dos Municípios e o fazemos na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez que este Distrito preenche os requisitos exigidos, no escopo de ser elevado à condição de Município.



Na esperança de termos ceteriormente os nobres parlamentares engajados nesta luta que não é minha que não vem trazer uma cissiparidade obsoleta e tacanha mas que vem de encontro às aspirações de toda a população do próspero Distrito de Palmerinha, solicitamos o apoio dos nobres colegas, que, de antemão, julgamos majoritário. É a justificativa.

O SR PRESIDENTE (Adhail Sprenger Passos)  
- Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito para usá-la durante o Grande Expediente.

O SR RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Não sei bem qual a justificativa, mas a verdade é que o Estado do Paraná, por um motivo ou outro, é considerado um eterno doador de suas potencialidades para o Governo Federal. E nós temos o costume, e a obrigação, de vir a público denunciar estas ingerências do Poder Central no nosso Estado, as quais na sua totalidade revertem em prejuízo para toda a comunidade paranaense. Assim fizemos quando da construção de Itaipu e o não pagamento dos "royalties", do mesmo modo agimos no caso da absurda e extorsiva exigência da ELEKTROBRÁS, obrigando a COPEL a lhe comprar 100 MW de energia, desnecessária para a companhia paranaense.

Desta vez o problema que trazemos a público diz respeito à TELEPAR. Nos últimos cinco anos a empresa não tem podido realizar todas as expansões demandadas pelo desenvolvimento econômico do Paraná. E o problema, por estranho que pareça, não é devido à falta de recursos daquela concessionária da TELEBRÁS. O impedimento origina-se de determinações do Governo Federal, que tem contido o crescimento de suas estatais. O raciocínio seguido pelo SEPLAN, que é o órgão que determina os limites de investimentos das empresas estatais, é o seguinte: impedindo-se que estatais com recursos invistam a totalidade dos mesmos, elas são forçadas a trabalhar com saldo financeiro. Este saldo, também, compulsoriamente, deve ser aplicado no Banco Central e, com isto, diminui-se o déficit público como um todo. Presume-se que a diminuição do déficit público contribua para a redução da inflação. Em outras palavras, as empresas superavitárias como a TELEPAR e as demais empresas do Sistema TELEBRÁS, estão contribuindo para a redução do déficit público. Embora possa ser compreendido o raciocínio do SEPLAN, o fato é que o usuário do serviço telefônico está sendo sacrificado, sem que a ele caiba qualquer culpa pelo déficit público. O sacrifício estende-se, também às pessoas que não

conseguem tornar-se usuárias porque as companhias telefônicas não vendem todas as linhas demandadas pela população.

O problema existe em todo o Brasil. Em âmbito nacional existem hoje cerca de 7.200.000 linhas telefônicas, mas aproximadamente dois milhões de pessoas encontram-se nas filas, desejosas de adquirir seu telefone. Em números redondos, a demanda reprimida é de quase 30% na média brasileira. No Paraná o problema também, existe, embora em proporções menores: a TELEPAR opera 460.000 linhas telefônicas, para uma demanda reprimida da ordem de 60.000 linhas. Deste modo a demanda reprimida no Paraná é da ordem de 15%, a metade do que existe no resto do Brasil.

Embora a situação da TELEPAR ainda possa ser considerada bastante boa em relação às demais companhias telefônicas o fato é que o Paraná está sendo prejudicado em decorrência do cerceamento às expansões daquela concessionária. Em cerca de 380 localidades paranaenses está faltando telefones e até em Curitiba, que é a cidade mais bem servida do Brasil, a situação começa a agravar-se: a empresa não tem telefones para pronta entrega e já existe alguma demora no tom de discar nas linhas ao centro da cidade. Os prejuízos ao Paraná também aparecem de outra maneira: desde sua criação a TELEPAR trabalhou para que fossem fabricados no Paraná os materiais e equipamentos que ela utiliza em suas obras. Não podendo expandir-se dentro das necessidades, as indústrias paranaenses do setor das comunicações ficam ociosas, e perdemos ótimas oportunidades de gerar empregos e de arrecadar impostos.

No ano de 1985 a TELEPAR investiu em dinheiro da época, CR\$ 280 bilhões, mas poderia ter investido quase Cr\$ 340 bilhões, cerca de 20% a mais, apenas com recursos próprios. No ano de 1986, a TELEPAR tem recursos próprios para investir 1 bilhão e 350 milhões de cruzados mas somente está autorizada, por enquanto, a investir 700 milhões. Com tal limite a empresa não poderá iniciar obras novas mas, apenas, dar andamento ao que já foi contratado em anos anteriores.

A demanda, todos os anos, tem um acréscimo da ordem de cinquenta mil linhas. Com o mencionado limite a TELEPAR intalará cerca de quarenta mil linhas faltando dez mil para atender somente aos pedidos surgidos em 86. Estes dez mil não atendidos devem ser somados às sessenta mil linhas atendidas em anos anteriores de modo que, se não houver autorização federal para que a TELEPAR faça maiores investimentos, o Paraná terminará o ano de 1986 com uma falta de setenta mil linhas telefônicas.

Depreende-se destes dados que, também neste caso, uma subsidiária paranaense não



vem atendendo a população nos níveis de demanda, exatamente porque é obrigada a transferir seu "superávit" para uma empresa federal. Os recursos com que a TELEPAR vem atuando são apenas provenientes de reduzida parte de seus lucros e de auto-financejamento.

Há que se alertar as autoridades para mais este fato, que só vem somar ao longo rosário de extorsões que as empresas federais aqui exercem. Afinal é de nós, paranaenses, que estão levando os recursos daquilo que já caro pagamos, como é o caso dos terminais telefônicos... ou será que, de acordo com a SEPLAN só ao Paraná cabe o pagamento pelo déficit público?

A nossa proposta, que encaminharemos em seguida ao Governador JOSÉ RICHÁ, é no sentido de que o Estado compre o maior número possível de ações da TELEPAR, tornando-se acionista majoritário, readquirindo deste modo o controle acionário a Empresa, atualmente nas mãos da União. Somente assim evitaremos que o Estado e os paranaenses, que estão trabalhando duro para progredir, continuem perdendo em detrimento de outras unidades da Federação. O "Superávit" da TELEPAR deve ficar no Paraná, para aqui patrocinar um maior desenvolvimento do Estado no setor de Telecomunicações".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra à Representação do PMDB. (Declina).

Concedo a palavra a Representação do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo registrar nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a histórica decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, através de sua competente Câmara Cível, ao determinar que o Juiz de Primeira Instância proceda a análise do rumoroso caso que abalou as finanças públicas estaduais, o denominado escândalo dos dólares, marca maior do Governo PEEMEDEBISTA do Paraná.

Ao fazê-lo Senhor Presidente e Senhores Deputados, desejo render minhas homenagens aos promotores da competente ação popular, os ilustres cultores do direito e da justiça, professores Renê Ariel Dotti e Dr. Valter Carneiro, que, em nenhum momento, ao longo do processo, deixaram de defender aquilo que é obrigação de todo o cidadão, e especialmente dos Parlamentares desta Casa: a moralidade administrativa.

Não se questiona apenas na Ação Popular a legalidade dos atos praticados, pois que no nosso entendimento é evidente que o ex-Secretário das Finanças, Erasmo Garanhão,

condenado pela Comissão de Alto Nível e demitido em razão da prática dos atos ilícitos, apesar do Senhor Governador do Estado ter apelidado a demissão de Erasmo Garanhão de "exoneração".

Além, Senhores Parlamentares, da ilegalidade dos atos praticados, ilegalidade clara, insofismável, pois que o ex-Secretário praticou atos contra a lei deste Poder, a lei que autorizou os empréstimos internacionais determinava que o Governo do Estado só poderia obter recursos externos sem o pagamento de quaisquer taxas adicionais, a não ser aquelas admitidas pelo Banco Central do Brasil. E o Senhor Erasmo Garanhão pagou comissões às empresas inexistentes, às empresas falidas, às empresas picaretas como a Lemann e outras no valor equivalente a 45 milhões de cruzados, ou a 45 bilhões de cruzeiros, sem lei, sem autorização deste Poder.

E por isto, o Deputado Airton Cordeiro e eu recorremos ao Poder Judiciário para determinar a devolução destes recursos deste montante aos cofres públicos estaduais. Em primeira instância, o Senhor Juiz de Direito determinou o arquivamento do processo sem sequer admitir a produção de provas. Recorremos ao Egrégio Tribunal de Justiça, e ontem à tarde, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e me alegro neste instante de ser Parlamentar e de ser paranaense e de render as minhas homenagens a um Poder Judiciário autêntico e independente neste Estado.

Por unanimidade, três eminentes Desembargadores do mais alto coturno, Desembargador Marino Bueno Braga, o Desembargador Jorge Andriqueto e o Desembargador Ronald Acioli, determinaram a devolução do processo à Vara da Fazenda Pública para que possamos, os promotores da Ação Popular, comprovar não só a ilegalidade - torno a repetir - mas, a imoralidade dos atos praticados pelo Governo do Estado e que redundaram num prejuízo de mais de 2 milhões de dólares aos cofres públicos estaduais.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Quero trazer o meu apoio ao pronunciamento de Vossa Excelência e dizer que como autores, Vossa Excelência e eu, neste momento podemos ficar felizes por mais uma razão. O Juiz da Segunda Vara da Fazenda Pública, Deputado Luiz Alberto, que teve o poder de em vinte e quatro horas estudar um processo com mais de duas mil folhas e exonerar uma sentença absolvendo o Senhor Erasmo Garanhão, teve a petulância de colocar em dúvida a boa fé dos autores da ação popular contra o ex-Secretário das Finanças.

Petulância sim, porque não compete a qualquer juiz julgar a motivação subjetiva

da causa sobretudo numa questão como esta em que como Parlamentares buscamos realmente zelar pelo interesse público e preservar o interesse público do Estado do Paraná. Mas, num regime democrático, o importante é que o Poder Judiciário possa ser acreditado. É que o Poder Judiciário inspire confiança, porque não se faz Democracia sem uma Justiça que seja independente uma Justiça que esteja imune a qualquer tipo de influência exterior.

A decisão de ontem destes três eminentes Desembargadores mencionados por Vossa Excelência, que o Paraná acompanha há tanto tempo, e que o Paraná sabe serem Desembargadores do melhor estofo, é uma decisão não só importante para nós políticos, Parlamentares, mas como também para os cidadãos do Paraná e, especialmente, para que possamos acreditar na Justiça paranaense.

Não se poderia permitir que, impunemente, alguém como o Senhor Erasmo Garanhão, integrando o Governo de um partido que pregou tanto a moralidade pública, tivesse não só arranhado os princípios morais da boa administração, mas como também enxovalhado o conceito do Paraná a nível nacional e internacional.

Por isto me sinto feliz como Vossa Excelência e sobretudo o Paraná pode ter certeza de que no seu Poder Judiciário existem personalidades ilustres e realmente íncultas, prontas para servir a causa pública de nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço o aparte do eminente Deputado Airtton Cordeiro e afirmo que a decisão do Juiz de Primeira Instância é uma daquelas que não faz história, que não marca nada no tempo ou na história do Poder Judiciário. Porque é uma decisão precipitada. Porque é uma decisão que não interessava à boa moralidade administrativa do Estado do Paraná.

Mas a decisão da Câmara Cível, por unanimidade, estabelece no Paraná a credibilidade do Poder Judiciário. E há a certeza de que qualquer cidadão deste Estado, rico ou pobre, importante ou Deputado, pode recorrer ao Poder Judiciário, e lá estabelecer a verdade dos fatos e da administração pública estadual.

Espero mais. Desejo profundamente que esta decisão do Poder Judiciário de nosso Estado possa fazer escola e sirva de exemplo aos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, que tem o dever legal, moral e constitucional, de analisar o segundo escândalo do Governo José Richa, também em dólares, o escândalo do Banco Del Estado Del Paraná que fez com que, mais uma vez, tristemente, o Paraná fosse manchete nacional. Manchete na Revista Veja e em outras revistas e jornais de circulação na-

cional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o seu horário, no entanto a Mesa lhe concede mais um minuto para conclusão do seu discursos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - E por que, Senhor Presidente? É a segunda marca do Governo do Estado do Paraná o escândalo do Banco Del Paraná.

Esperamos que o Tribunal de Contas siga o exemplo do Tribunal de Justiça e promova a averiguação dos fatos que causaram um prejuízo de mais de 17 milhões de dólares ao Banco do Estado do Paraná.

E em última análise aos seus acionistas e ao próprio Governo o Estado que é o sócio majoritário no Banco Del Paraná.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)-

Vossa Excelência poderia dispor da tribuna, de onde Vossa Excelência tirou 17 milhões de prejuízo do Banco Del Paraná. Não há valor.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Respondo a Vossa Excelência no exíguo espaço de tempo que tenho.

Da Revista Veja. Se Vossa Excelência não viu, veja. (Sem revisão do orador).

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência acerta com a imprensa que quer ouvir e não com a que não quer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta verdadeira cruzada nacional, com a integração da Nação como um todo para que se restitua ao povo a confiança na sua própria vida, tem-se percebido, claramente, uma integração popular, num esforço jogado pelo Governo Federal, mas cujo êxito deve ser creditado basicamente aos brasileiros.

Zerou-se a inflação no Brasil através de um mecanismo legal. Buscou-se, com uso maciço dos meios de comunicação, a adesão popular que ocorre de uma forma insólita e espontânea, porque esta adesão popular, no caso das eleições diretas, todas nós sabemos, contaram com um instrumental colocado à disposição do povo não só do Governo deste Estado, mas com outros governos estaduais.

A idéia de hoje conta com a adesão espontânea e seguramente consciente da população brasileira a tal ponto que ontem, conversando com uma consumidora, ela estu-

perata, revelou-me o seguinte: que, para sua surpresa, ao fazer uma pequena compra de pão numa mercearia de Curitiba, ela recebeu a nota fiscal discriminada.

Nós temos o direito e, a meu ver, temos a obrigação de querer que o Governo também ofereça a sua contribuição.

Achamos extremamente justo que o Governo acione todos os seus mecanismos para riscalizar, para punir aqueles recaucitrantes que, rugindo do que significa o grande pacto nacional, acabam por aviltar um programa que já não é mais de nenhum partido, mas um programa de recuperação nacional e que pertence a todos nós.

Pois bem, com este objetivo e considerando mais, que esta fiscalização espontânea do povo vai levar os governos estaduais e levará particularmente o Governo do Paraná a ter um acréscimo de receita substancial do ICM, é que eu venho à tribuna, apelar a sensibilidade do Governador do Paraná apelar à Bancada Majoritária com assento neste Parlamento, no sentido de que fazendo eco a esta preocupação nacional, o Governo do Paraná reduza a alíquota do ICM, fazendo reverter esta redução em benefício dos consumidores e particularmente em benefício dos assalariados paranaenses, que compõem o maior número daqueles que, consumindo, precisam estar empregados, como nós estamos, neste mutirão nacional de combate à inflação.

Pode parecer que se pretende com esta iniciativa uma sangria no Tesouro Público, desviando recursos do Estado, mediante a destinação de uma parte da receita do ICM, para este projeto nacional de combate à inflação e à carístia.

Mas, não temos como nos esquecer, de que aumentando substancialmente a receita do ICM e o próprio Governo do Paraná, pró-digo em gastar em propaganda, coloca nos meios de comunicação social uma farta campanha publicitária para levar ao povo a também riscalizar, para que a emissão das notas fiscais implique, tacitamente, num combate à sonegação do ICM, o próprio Governo do Paraná, já deve ter adquirido a consciência e o seu gesto me faz crer nisto, de que aí está uma esplêndida oportunidade para ele abarrotar ainda mais os seus corres neste momento.

Mas, se o esforço é nacional e se o esforço reverte em proveito dos brasileiros todos, e, muito especialmente em proveito daqueles menos afortunados, já para não dizer de quase todos os desafortunados, é justo que esta voracidade fiscal encontre uma humanização, vamos até admitir, neste momento, a voracidade fiscal, mas ao mesmo tempo vamos induzir o Governo do Estado, para que ele devolva um pedaço dessa voracidade, para o consumidor.

Nós não queremos beneficiar o empresá-

rio. o comerciante. o distribuidor da riqueza, nós queremos que a redução da alíquota do ICM seja repassada ao consumidor e poderão até imaginar, que nós estamos pretendendo extrapolar do nosso direito de legislar.

Aliás, acabo de receber em meu gabinete uma cópia do veto apostado pelo Governador José Richa a uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa, pela unanimidade dos seus Deputados, quando esta Assembléia determinou no estatuto legal que o ICM não deveria ser cobrado além do preço original das mercadorias, logo não incidindo sobre a parte financiada aos consumidores.

Mas, nem respeitando a decisão soberana desta Assembléia, o Governador José Richa se convenceu de que o ICM, como fizeram os Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, sobre o excedente do preço original, não deveria ser cobrado, beneficiando aquele que, comprando a prazo recorre a este expediente não porque queira espontaneamente, mas porque tem dinheiro para comprar à vista.

Lembro mais aos Senhores Parlamentares, que o Senado Federal estabeleceu que o limite máximo para cobrança do ICM é de 17% sobre o valor do produto, comercializado, ficando a critério dos Estados da Federação a fixação das alíquotas estaduais para a cobrança do ICM, considerando que o ICM é um imposto eminentemente estadual.

E para que os nobres Deputados tenham consciência do que significa o ICM no preço final do produto, basta lembrar o seguinte: que na compra de cem quilos de arroz ou de feijão, dezessete quilos são destinados, hoje, ao Governo do Estado.

Nós queremos que o Governo abra um pouco a mão desses 17% e se integre de corpo, de espírito, de fato e de direito neste esforço nacional e não apenas induzindo o povo para que ele se integre neste esforço.

Nós temos o direito de exigir que o Governo ofereça a sua cota, porque até agora não se viu nada de concreto para o combate do "déficit" público e dos gastos públicos no Estado e na União.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Fico feliz de ver Vossa Excelência defendendo as medidas econômicas do Governo, numa postura, como Deputado do PDT, diferenciada da do Líder maior desse Partido, Governador do Rio, Leonel Brizola, infeliz no seu pronunciamento.

E fico feliz de ver no seu pronunciamento que Vossa Excelência está trazendo à tribuna, uma idéia já amplamente divulgada a nível nacional, pelo Ministro Dilson Fumaro, que em rede nacional de televisão, já

anunciou que o próximo passo do Governo, com o resultado da exigência da nota fiscal será, exatamente, uma queda nos valores de impostos cobrados nas mercadorias tanto faz na sua comercialização como na sua industrialização.

A questão única, nobre Deputado, com respeito a não cobrança do ICM no preço do produto financeiro, Vossa Excelência coloca o exemplo do qual vou me servir: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o consumidor não teve absolutamente nada de diminuição do custo, porque o cálculo do aumento do preço do produto financiado dá-se de acordo, pela inflação, correção monetária e juro, e não com o ICM. Então, a medida não beneficia o grande povo, pelo contrário, vai engordar o cotre do comércio, porque o consumidor não tem benefício, o preço não é baixado se nós tirarmos o ICM.

Talvez seja a razão que levou ao veto.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço Vossa Excelência, apesar de não ser este o ponto central do pronunciamento que nós estamos fazendo. Nós queremos, inclusive com este nosso pronunciamento, que o Paraná saia na frente, que o Paraná dê o exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrado o seu tempo,

A Mesa concede mais alguns minutos para a conclusão do seu discurso.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço a gentileza de Vossa Excelência.

E para concluir, quero esclarecer mais ao Deputado Caíto Quintana. Nós queremos realmente que o Paraná dê o exemplo. Não é o Ministro Dilson Funaro que vai legislar sobre o ICM do Paraná. O ICM do Paraná é competência do nosso Estado. É competência do nosso Governo. E ajo tão responsavelmente, Deputado Caíto Quintana, que eu poderia, aqui demagogicamente afirmar, que a redução poderia ocorrer, de 17 para 12% ou 13%, ou 14% ou 15%. Mas eu traria aqui um número aleatório. Permito-me até sugerir, à Bancada de Vossa Excelência, à Liderança do Partido de Vossa Excelência, com assento nesta Casa, para que o Governo promova um estudo de viabilidade econômica, para nos oferecer subsídios, para que nós possamos saber o que é viável reduzir. O que nós não entendemos realmente justo, é que o Governo, ao povo, tudo peça e nada ofereça. E a contribuição mínima que o Governo do Paraná poderia oferecer nesta hora, é a redução da alíquota do ICM, com repasse imediato aos consumidores. E o Paraná poderia ser o primeiro Estado do Brasil, a obrigatoriamente, comercializar os produtos pelo Governo Federal, abaixo dos níveis estabelecidos por este mesmo Governo

Federal, através da SUNAB. Peço, ao Senhor Presidente da Casa, para que faça chegar cópia deste pronunciamento, com a urgência necessária, ao Senhor Governador José Richa, tendo este pronunciamento como ponto de partida, para uma sucessão de outros pronunciamentos, para tratar desta matéria. E apenas para não deixar sem resposta, ao eminente Deputado Caíto Quintana, quero dizer que, como político, como cidadão, como parlamentar, tenho o direito de ter as minhas convicções pessoais. Se discordo, em parte, do pronunciamento do Governador Leonel Brizola, eu o faço e respeito as minhas convicções e a minha consciência. Mas não posso deixar de dizer também, que se o Governo altera o Decreto no que toca à Política Salarial, ele o fez, sob a pressão legítima, política do Senhor Governador Leonel Brizola, que denunciou.

O Sr. Caíto Quintana - ...Brincadeira isso, Deputado, isso é brincadeira que Vossa Excelência está dizendo.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...denunciou à Nação Brasileira, o arrocho salarial e que consequentemente tirou do bolso do assalariado uma fatia da sua remuneração.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Representante do PCB. (Declina).

Concedo a palavra ao Representante do Partido da Frente Liberal. (Declina).

Está encerrado o Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Buífara, constante do expediente, comunicando que a partir desta data, passa a se incorporar à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB -. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 281/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Jaguapitã, os imóveis de sua propriedade, constituídos lotes de ns. 3 e 4 da Quadra n. 26 e lote n. 5 da Quadra n. 30, de perímetro

urbano daquele Município, com área de 2.118,54 m<sup>2</sup>, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

O SR PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João José Pinto Maia, ocorrido no dia 12 de março do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 50.<sup>o</sup> aniversário do Rotary Club do Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 297/85, que declara de utilidade pública a Associação de Caridade - Santa Izabel, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 282/85, que declara de utilidade pública a Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, ADEVIPAR, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 267/85, que declara de utilidade pública a Entidade Espírita Paz, Amor e Caridade, do Município de Telêmaco Borba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 04/86, que dispõe sobre a Complementação do Aumento ao Funcionalismo Público Estadual. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, visando a destinação de equipamentos de laboratório para a Escola Estadual Ribeiro de Campo. - Ensino de 1.<sup>o</sup> Grau, do Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de um

posto de saúde na localidade de água Torta, do Município de Iretama. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do DNOS, por intermédio do Ministério da Irrigação, encarecendo apoio técnico e financeiro para resolver problemas de inundação no Município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da ACARPA, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a designação de um engenheiro agrônomo para prestação de assistência técnica no Município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente da SUREHMA, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço artesiano na localidade de Água Grande, Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Vitório Fornaciari, eleito Diretor da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas do Município de Apucarana. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, parabenizando-o pela inauguração do trecho rodoviário que liga os Municípios de Nova Aurora a Cafelândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de voto de congratulações à Diretoria do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, pelo apoio que vem prestando ao 1.<sup>o</sup> Concurso Gralha Azul de Literatura Brasileira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando seja marcado para o dia 03 de abril do corrente ano, a entrega do título de Cidadão Benemérito ao Desembargador James Portugal Macedo, referente ao Projeto de Lei n. 384/84. À Presidência para tomar conhecimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, en-

caroendo pavimentação asfáltica. ainda neste exercício, para o trecho que liga os Municípios de Maria Helena a Douradina, passando pelo Distrito de São José. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor João Carlos Finardi, nomeado Diretor Superintendente do Banco do Brasil no Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo providências no sentido de aumentar a verba de representação destinada aos diretores das Escolas de 1. e 2. Graus. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, encarecendo a inclusão da sericultura no Plano de Emergência, para prorrogação dos prazos dos financiamentos bancários junto ao Conselho monetário Nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo gestões daquela Secretaria junto à Care do Paraná, visando a instalação de um posto no Município de Maria Helena. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração visando a instalação de uma agência no Município de Atalaia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Saúde, hipotecando o apoio desta Casa, às propostas de combate ao tabagismo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimental, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, encarecendo a implantação da rede de água no Distrito de Virmond, Município de Laranjeiras do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa acusa a presença do Senhor Vereador Edson Ferraz, do Município de Colombo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando ou-

Curitiba, Quinta, em 13.03.86

tra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n. 186/85

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n. 281/85.

Levanta-se a sessão.

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 2.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1986.  
QUINTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, Secretariada pelos Senhores Deputados Tércio Albuquerque e Péricles Pacheco.

Às quinze horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Quielise Crisóstomo, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Caíto Quintana, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Sabino Campos, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (31). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Fiori Luiz, Basílio Zanusso, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edilson Alencar, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Tadeu França e Tadeu Lúcio Machado (27).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO- procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Não havendo expediente a ser lido, nem oradores

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 286/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.200/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder a doação, ao Município de Arapoti, de terreno medindo 520 m. e benfeitorias nele existentes, situados à Rua Moisés Lupion na sede da municipalidade, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n.119, de 05.10.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
Parecer ao Projeto de Lei n. 286/85

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 200/85, objetiva doar, ao Município de Arapoti, um terreno

medindo 520 ( quinhentos e vinte) metros quadrados, e benfeitorias nele existente, situado à Rua Moisés Lupion, na sede da municipalidade, parte de área maior, objeto da Transcrição n. 1308, do Livro -3-B, do Cartório de Registro de Imóveis de Jaguariaíva.

O imóvel supra rererido destina-se às instalações do Departamento de Ensino, da Biblioteca e de outros setores do serviço público municipal.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a matéria, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, e pela aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em  
24 de novembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
Presidente  
NESTOR BAPTISTA  
Relator.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.